



## FACETAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: ofensivas ultraneoliberais e ultraconservadoras no Brasil

Andreia Gomes da Cruz<sup>1</sup>  
Aline de Carvalho Moura<sup>2</sup>  
Luciane da Silva Nascimento<sup>3</sup>  
Kleyton Vieira Sales Costa<sup>4</sup>  
Inny Bello Accioly<sup>5</sup>

### Resumo

O artigo objetiva apresentar reflexões acerca da exploração do trabalho docente no ensino superior, analisando as facetas da precarização e a destituição da autonomia pedagógica à luz do debate marxista sobre a "coisificação". Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, a investigação abarcou o fenômeno da precarização do trabalho tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, apontando suas facetas, como o rebaixamento salarial, a precariedade dos contratos de trabalho, a plataformização do trabalho pelo uso de tecnologias digitais, a refuncionalização da universidade, a desvalorização, o cerceamento pedagógico e as ameaças à vida. Compreende-se que a atuação conjugada das frentes ultraneoliberal e ultraconservadora representa um ataque frontal ao direito à educação no Brasil.

**Palavras-Chave:** Ensino superior; trabalho docente; precarização do trabalho.

### FACES OF THE PRECARIZATION OF TEACHING WORK IN HIGHER EDUCATION: ultra-liberal and ultra-conservative offensives in Brazil

#### Abstract

The article aims to present reflections on the exploitation of teaching work in higher education, analyzing the facets of precariousness and the deprivation of pedagogical autonomy in the light of the Marxist debate on 'objectification'. Through bibliographical and documentary research, the investigation covered the phenomenon of job insecurity in both public and private institutions, pointing out its facets, such as the lowering of salaries, the precariousness of work contracts, the platformization of work through the use of digital technologies, the refuncionalization of the university, devaluation, pedagogical curtailment and threats to life. It is understood that the combined actions of the ultra-liberal and ultra-conservative fronts represent a frontal attack on the right to education in Brazil.

**Keywords:** Higher education; teaching work; precarization of work.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.25>

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente no Curso de Pedagogia e no Programas de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc). Coordena (ESPE/IM/UFRRJ) e integra o (COLEMARX/UFRRJ). E-mail: [andreia.gomes25@yahoo.com.br](mailto:andreia.gomes25@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3953-9199>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Docente no Curso de Pedagogia e no Programas de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc). Coordena (ESPE/UFRRJ) e pesquisadora do (Episteme/UERJ). E-mail: [licacmoura@hotmail.com](mailto:licacmoura@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6186-605X>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ/FEBF). E-mail: [luciane.estrela@gmail.com](mailto:luciane.estrela@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5809-5597>.

<sup>4</sup> Mestrando em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Graduado em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: [kleyton.vsc@gmail.com](mailto:kleyton.vsc@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5256-1203>.

<sup>5</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [innyaccioly@gmail.com](mailto:innyaccioly@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7726-4536>.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca trazer reflexões acerca da exploração do trabalho docente, considerando que ele vem assumindo um papel importante no capitalismo contemporâneo. Como processos inerentes à exploração do trabalho docente, analisamos as facetas da precarização e a destituição da autonomia pedagógica à luz do debate marxista sobre a ‘coisificação’ engendrada pelo modo de produção capitalista, em que “relações sociais entre pessoas se convertem em relações sociais entre coisas” (NETTO, 2015, p. 63).

Na investigação, realizamos um recorte para analisar a precarização do trabalho docente no ensino superior, que se justifica por observarmos que: a) os estudos sobre a precarização do trabalho nas instituições de ensino superior (IES) não são tão numerosos quanto os estudos que investigam tal fenômeno na educação básica (REBOLO; URT, 2022); b) a precarização no ensino superior distancia o Brasil da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (2014-2024) de elevação do índice da população com ensino superior, que está muito abaixo da média da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (BRASIL, 2023); c) no Brasil, a mercantilização do ensino superior por meio dos mecanismos da financeirização é de tal magnitude que não tem paralelos ao redor do mundo (LEHER, 2022).

Ao longo do texto, abordamos as seguintes facetas da precarização do trabalho docente no ensino superior público e privado: I) o rebaixamento salarial; II) a precariedade dos contratos de trabalho; III) a plataformização do trabalho docente pelo uso de tecnologias digitais; IV) a refuncionalização da universidade; V) a desvalorização, o cerceamento pedagógico e as ameaças à vida. Partimos da premissa de que, no capitalismo, a relação entre trabalho e educação é complexa e permeada por contradições. Por um lado, o trabalho se constitui como atividade produtora dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, o que torna possível reconhecer o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora, por meio da qual se propicia o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano — uma perspectiva teorizada por autores da tradição Marxista, do campo trabalho-educação (CIAVATTA, 2009). Se tratando do ensino superior, considera-se a relevância social das universidades na produção de conhecimento científico, artístico e filosófico e seu potencial transformador da sociedade para soberania dos povos.

Por outro lado, o modo de produção capitalista, por se fundar na exploração do trabalho — que engendra processos de alienação do trabalho (MARX, 2004/1844) — impõe à educação funções de produzir e reproduzir consensos que favorecem, fortalecem e perpetuam a lógica desumanizadora do capital. Como afirma Mézáros (2005, p. 17), “diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação”.

Desta forma, os professores, sendo eles mesmos trabalhadores submetidos aos inúmeros vieses da exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo, são inseridos em contextos educativos em que a sua prática docente é destituída de autonomia e subjugada aos interesses da reprodução do capital. As instituições educacionais tendem a voltar-se para a transmissão de um quadro de valores que legitimam os interesses dominantes, e que preparam trabalhadores ajustados às necessidades do mercado (MÉSZÁROS, 2006).

A investigação seguiu o método do materialismo histórico-dialético na tentativa de apreender as múltiplas contradições da relação trabalho e educação no ensino superior brasileiro e seus efeitos para a formação humana e para a própria democracia. Foi realizada extensa análise bibliográfica, análise documental, levantamento de notícias publicadas em mídias digitais — tal recurso foi útil na identificação de ameaças e perseguições a docentes.

O debate é situado no contexto histórico de desmonte dos direitos trabalhistas e das reformas ultraneoliberais pós-golpe jurídico-parlamentar de 2016 e de ascensão da extrema direita ultraconservadora no Brasil. Compreende-se que a atuação conjugada das frentes ultraneoliberal e ultraconservadora (ACCIOLY; NASCIMENTO; COSTA, 2022) aprofundam a precarização do trabalho docente tanto nas universidades públicas quanto nas instituições privadas de ensino superior. O desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários e os cortes no orçamento para políticas sociais, colocados em marcha a partir de 2016, colocam em xeque importantes conquistas asseguradas na Constituição Federal de 1988 pelas forças progressistas.

Nas políticas educacionais, a conjugação das frentes ultraneoliberal e ultraconservadora corrobora para a negação do direito à educação, até em sua vertente liberal-democrática. Isso ocorre por meio da resignificação do conhecimento científico, cultural e filosófico em competências rudimentares como empreendedorismo, resiliência, habilidades socioemocionais e o empobrecimento da formação e do trabalho docente (LEHER; COSTA, 2023). Somado a isso, ocorrem tentativas de censura de determinados conteúdos e debates por parte de organizações da extrema direita.

Na próxima seção, apresentamos reflexões sobre a exploração do trabalho no modo de produção capitalista e o processo de alienação do trabalho, coisificação e desumanização decorrentes. Buscamos compreender como esse processo vem incidindo sobre o trabalho docente e seu impacto para o conjunto da sociedade.

## 2 EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O PROCESSO DE COISIFICAÇÃO: apontamentos conceituais para pensar o contexto atual

A fim de compreender a materialidade da exploração do trabalho no modo de produção capitalista, é necessário reconhecer que o próprio conceito de trabalho, ao longo dos anos, foi sendo ressignificado em virtude das condições da sociedade. Essas ressignificações traduzem mudanças do contexto econômico-político-social em certas condições de espaço/tempo da sociedade, considerando a história e os sujeitos concretos dessa história. Para Souza (2002, p. 16), o conceito de trabalho tem sofrido reformulações, “nem sempre foi concebido ou valorizado da mesma maneira, de modo que seu conteúdo e sua forma têm variado no decorrer do tempo, de acordo com o avanço das forças produtivas e a correlação de forças na sociedade civil”.

Nas sociedades capitalistas, em geral, a exploração do trabalho é legitimada por relações jurídicas que consideram os indivíduos formalmente iguais e livres para fazerem escolhas, acumularem riqueza e consumirem mercadorias. Na análise de Marx, “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 113) e o processo de produção de mercadorias, que é instaurado sobre fundamentos puramente sociais, obscurece e escamoteia esses mesmos fundamentos.

Portanto, “a produção de mercadorias, no mesmo processo em que revela o caráter *social* do trabalho, reveste com um envoltório *a-social* o seu produto” (NETTO, 2015, p. 61, grifos do autor). O que é relação social se mostra como relação *objetal*, uma relação entre seres humanos assume forma de relação entre coisas. Com efeito, a valorização do mundo das coisas aumenta à proporção direta da desvalorização do mundo dos homens (MARX, 1988). Portanto, a produção de valor, que é resultado de relações sociais de produção determinadas, se apresenta como algo mágico, como se estivesse fora das relações sociais.

Entretanto, concretamente, a produção da riqueza ocorre por meio do trabalho, que, nas sociedades capitalistas, se configura como trabalho alienado — forma de trabalho em que há a separação e dissociação dos trabalhadores: 1) do objeto produzido pelo seu trabalho; 2) do conjunto de saberes abarcados pelas diferentes etapas do processo de trabalho; 3) da sua característica mais básica como ser humano, ou seja, o potencial criativo na transformação da natureza; 4) dos outros seres humanos e da natureza (MARX, 2004).

A relação entre pessoas, os seus relacionamentos contraídos no processo de produção da vida social, se tornam estranhados, tomam o caráter de coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” (LUKÁCS, 2003, p. 194). Segundo Lukács (2003), o conceito de objetividade fantasmagórica compreende a relação social que significa uma relação de coisa com coisa, ou seja, a

relação entre os seres humanos passa a ser uma relação entre coisas, sendo o próprio ser humano coisificado.

Nesse contexto, a coisificação surgida da relação mercantil adquire uma importância fundamental não só para o desenvolvimento objetivo da sociedade, mas também para a formação de valores, de disposições mentais, de modos de ser e estar na sociedade. Ao ser igualado à condição de mercadoria, o trabalhador assume uma posição de coisa, se desumanizando: “quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio” (MARX, 2004, p. 112).

Pensar o processo de coisificação e desumanização auxilia na compreensão das facetas da precarização do trabalho docente na atualidade, especialmente no contexto de avanço da frente ultraneoliberal associada à extrema direita ultraconservadora (ACCIOLY; NASCIMENTO; COSTA, 2022). Por exemplo, uma construção ideológica amplamente arraigada no senso comum tem como fundamento a conjugação do postulado neoliberal de que o sucesso/fracasso é resultado do mérito e esforço individual, com a doutrina conservadora de fundamento religioso de que a ‘vontade divina’ está acima de todo e qualquer feito humano. Tal construção ideológica fomenta o hiperindividualismo ao mesmo tempo em que impõe ao indivíduo a resignação diante da retirada de direitos, o que coloca graves limites à crítica social, desarticulando as lutas coletivas por melhores condições de trabalho e de vida. A exploração do trabalho é naturalizada e a luta por emancipação da classe trabalhadora é criminalizada, como se a luta representasse uma afronta à ‘vontade divina’. O humano perde seu papel como sujeito histórico criador e, portanto, transformador do curso da história.

Neste movimento, a extrema direita ultraconservadora, se apropriando de uma concepção religiosa belicosa que entende a realidade como sendo uma luta do bem contra o mal — na qual o bem se identifica com a moral cristã branca e patriarcal e o mal representa tudo o que, em sua visão, se afasta disso — incita o ódio às esquerdas e às minorias, consideradas culpadas pela crise, que é tida primeiramente como sendo uma crise moral da sociedade (ACCIOLY; NASCIMENTO; COSTA, 2022).

Assim, as universidades públicas que se guiam pelo princípio da laicidade e da democracia, e os docentes que interrogam e colocam em debate as construções sociais relativas a gênero, sexualidade, a submissão da mulher no patriarcado, que denunciam o racismo estrutural, o genocídio dos povos indígenas e palestinos, por exemplo, sofrem perseguições, ameaças e ataques. Segundo a organização *Scholars at Risk* (2021), entre 2017 e 2020, cerca de 41 pesquisadores brasileiros ameaçados de morte buscaram ajuda para deixar o país temporariamente.

A internet e as redes sociais desempenham papel relevante no processo de coisificação e desumanização, pois: a rapidez na circulação de ideias facilita a disseminação de notícias falsas (*fake news*); a interação on-line possibilita a coleta de dados individuais de cada usuário (como suas

disposições mentais e tendências políticas) para finalidades múltiplas, como perseguição política ou venda de produtos e formação de opinião; a possibilidade de utilizar contas falsas (chamadas de robôs ou *trolls*) para difundir ideias e forjar comportamentos de massa; a possibilidade de financiamento de blogueiros e *influencers* para dominarem as pautas dos debates nas redes sociais. Assim, a tecnologia, uma criação humana com potencial para melhorar as condições de vida, se volta contra o processo de humanização dos homens e das mulheres.

Observa-se a criação de uma verdadeira 'engenharia' para desinformação e disseminação de notícias falsas com intuito de aumentar a aceitação de agendas que, com o fim da ditadura empresarial-militar, não vinham encontrando espaço, como, por exemplo, a restrição dos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+ e a criminalização do aborto nos casos já previstos em lei. De fato, os direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988 desagradaram não só os grandes proprietários que visam lucros exorbitantes, mas também as parcelas conservadoras da sociedade que se sentiram prejudicadas pela sua orientação baseada nos direitos humanos.

Com o intuito de pensar como a questão dos direitos é ressignificada no cenário capitalista, foi necessário analisar o processo de coisificação e desumanização em curso no mercado de ensino superior privado para refletirmos sobre a precarização do trabalho.

### **3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR**

No Brasil, apenas 23% da população com idade entre 25 e 34 anos tem educação superior, o que coloca o Brasil muito abaixo da média da OCDE, de 47,2% (BRASIL, 2023). Neste contexto de demanda social por ampliação do acesso ao ensino superior, as instituições privadas crescem e concentram o número de matrículas: são mais de 7,3 milhões de alunos, o que concede à rede privada a participação de 78% do sistema de educação superior. Entre as instituições privadas, o cenário de concentração acarreta o fenômeno de que apenas 4 instituições detêm 23% do total de estudantes de ensino superior (BRASIL, 2023).

Grande parte das instituições privadas de ensino superior são geridas por fundos de investimentos, que operam na lógica de maximização dos lucros dos acionistas. Silva e Tavares (2016) apontam que o crescimento do setor privado de ensino superior foi fortemente impulsionado por incentivos estatais, com escoamento do fundo público para IES privadas por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Galzerano (2021) destaca que a liberação da atuação de empresas educacionais no mercado de ações possibilitou o surgimento dos primeiros oligopólios educacionais, a saber: Kroton, Estácio, Anhanguera e SEB – Sistema Educacional Brasileiro. Sguissardi (2015, p. 870) frisa que esse processo “constituiu-se muito

provavelmente no principal fator de sua acelerada expansão e, ao mesmo tempo, de desaparecimento, nos últimos 10 a 15 anos, de 2/3 das Instituições de Ensino Superior (IES) comunitárias ou confessionais e respectivas matrículas”.

Temos verificado cada vez mais a presença de grandes bancos e fundos de investimentos no mercado de educação superior comandando instituições educacionais, alheios às preocupações com a qualidade da formação e ávidos por maior rentabilidade, o que se torna possível com a difusão de cursos à distância (LEHER; COSTA, 2023). Assim, os cursos de graduação a distância têm aumentado substancialmente nos últimos anos, tendo ultrapassado a marca histórica de 3 milhões de novos estudantes em 2022. Por outro lado, o número de ingressantes em cursos presenciais vem diminuindo desde 2014. Em 2021, foi registrado o menor valor dos últimos 10 anos (BRASIL, 2023).

Neste contexto, os docentes vivem um intenso processo de precarização com relações de trabalho restritas às formas atípicas de contratação, como trabalho temporário, autônomo, terceirizado, dentre outras formas. Com a reforma trabalhista de 2017 (Lei n.º 13.467/2017), novas regras para a jornada de trabalho, remuneração e plano de carreira foram postas. Segundo os defensores da reforma, havia a necessidade de uma nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que atendesse aos interesses do mercado, mas principalmente que ‘facilitasse’ a relação entre patrão e empregados, sendo a justificativa principal a geração de mais empregos. Todavia, a “Reforma trabalhista não gerou mais emprego” (EXTRACLASSE, 18 de maio de 2022), conforme fora propagado pelo então governo de Michel Temer.

Se a reforma trabalhista não alterou o quadro de desemprego, pelo menos a nova legislação foi vista pelo setor empresarial da educação com bons olhos, conforme a fala a seguir: “o diretor da CBPI Produtividade Institucional avalia a reforma como positiva para as Instituições de Ensino Superior (IES) ao aproximar mais as regras trabalhistas das necessidades de negócio, ampliando dessa forma as oportunidades” (ABMES, 2017). Concretamente, a reforma trabalhista desencadeou a demissão de docentes em massa, a migração de cursos presenciais para a modalidade à distância e a reestruturação do currículo dos cursos, de forma a ampliar exponencialmente o número de estudantes por professor e a colocar professores lecionando cursos pré-moldados em áreas que não são de sua especialidade (LEHER; COSTA, 2023).

De fato, o avanço tecnológico alcançado no século XXI provocou profundas alterações nas condições da exploração do trabalho, que ganharam novas nuances. Muitos trabalhadores passaram a ser submetidos a relações de trabalho mediadas por aplicativos e plataformas digitais, nos quais a exploração é encoberta pela aparência de autonomia do trabalhador para gerir seu próprio tempo. Marx já havia apontado essa contradição:

[A maquinaria,] considerada em si mesma, encurta o tempo de trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, aumenta a jornada de trabalho; como, por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, aumenta a sua intensidade; como, por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, subjuga o homem por intermédio das forças da natureza; como, por si mesma, aumenta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece (MARX, 2013, p. 513).

Como exemplo da coisificação do trabalhador operada pelas tecnologias, observa-se o caso de trabalhadores na empresa Amazon:

[...] em 2018, um repórter do The Verge descobriu que os trabalhadores dos armazéns eram encorajados a não fazer pausas para irem ao banheiro. Problema que parece permanecer até os dias de hoje. Em entrevista à Vice, uma funcionária da companhia afirmou que “você está sentado lá e tem que ‘mijar’, mas não quer acumular ‘tempo livre da tarefa’”, ou seja, não quer perder tempo de trabalho por gastar alguns minutos no banheiro (VITORIO, 2021, s/p.).

No setor educacional privado, a tecnologia também opera a coisificação dos docentes. Um exemplo foi o encerramento de contratos, principalmente durante a pandemia de covid-19, por meio de aplicativo de conversa: “Os profissionais foram afastados pelo WhatsApp e informados que, como eram PJs, não existia demissão, pois não existia contrato” (POTTER, 2020, s/p.).

Conforme Leher e Costa (2023), em uma instituição privada de ensino superior e suas plataformas de educação a distância, que agregam 300 mil estudantes tendo em seu quadro apenas 300 professores, elevou-se a exploração do trabalho docente de tal forma que um professor se torna responsável por 50 mil estudantes por semestre. A plataformização e consequente intensificação do trabalho aproxima o ambiente pedagógico aos *call centers*, onde a tecnologia de inteligência artificial é ainda usada para correção de trabalhos dos estudantes. Uma vez que os cursos on-line são padronizados, a autonomia pedagógica dos professores é inexistente, e até os direitos de propriedade intelectual são violados (*ibid.*). Neste contexto, a exploração do trabalho docente e a expropriação de sua condição de humano assumida pela condição de coisa útil ao sistema capitalista condiciona as suas possibilidades de realizar um trabalho crítico na perspectiva emancipatória.

Nessa lógica, o trabalho docente é atravessado pela necessidade de uma educação delineada pelo modo de produção capitalista, impondo ao trabalho desse professor aspectos técnicos da docência. Na configuração de uma educação de mercado, o trabalho docente passa a ser fundamental, pois ajuda no processo de adaptação e de modelagem às imposições da sociedade, influenciando na construção de uma naturalização das pressões produtivas. Nesse sentido, as reformas postas à educação marcam a resignificação dos processos administrativos e alteram drasticamente a ação pedagógica que passa a conduzir o trabalho docente para uma supervalorização de resultados em detrimento dos processos de aprendizagem, em que a padronização e a conformação assumem um importante lugar na educação, auxiliando os interesses dominantes.



Conforme apontado, em meio às inúmeras reformas, o ensino superior privado se expandiu fortemente nos últimos anos devido ao escoamento do fundo público para as empresas educacionais. Elas operaram fusões e aquisições de outras empresas, formando um oligopólio; assim, o escoamento do fundo público para as corporações implica em redução orçamentária para políticas sociais. Na próxima seção, analisamos a precarização das universidades públicas, que ocorre *pari passu* ao crescimento das megacorporações educacionais.

#### 4 A PRECARIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Nos últimos anos, as universidades públicas têm enfrentado redução sistemática dos recursos para funcionamento e investimento, ao mesmo tempo em que houve aumento do número de universidades, de *campi*, de vagas e de cursos de graduação e pós-graduação. Essa situação tem levado à degradação da infraestrutura das universidades e limitações à assistência estudantil, o que corrobora para o cenário de precarização das condições de trabalho e estudo, que desviam a universidade da sua função social potencialmente transformadora da sociedade. A Lei Orçamentária aprovada em 2023 para execução em 2024 aponta redução do orçamento destinado às universidades federais: serão R\$ 310.379.156,00 a menos, em relação a 2023, nos recursos para custear água, luz, limpeza e vigilância, e para garantir bolsas e auxílios aos estudantes (ANDIFES, 2023). A falta de recursos de custeio vem frequentemente levando as universidades a declararem risco de fechar as portas (GOMES, 2021). Mesmo quando mantêm as atividades, o seu cotidiano é marcado por salas sem ar-condicionado, ausência de pontos de água potável, falta de água, interrupções no fornecimento de energia elétrica, elevadores danificados, etc.

A desvalorização do trabalho é verificada na deterioração da remuneração. Entre 2010 e 2023, os professores do magistério superior federal com dedicação exclusiva tiveram perdas salariais que, para serem equalizadas seguindo a variação do IPCA do período, exigiriam reajustes em torno de 23,7% (DIEESE, 2023). A desvalorização do trabalho nas universidades públicas também foi verificada em estudos que analisaram a ascensão do ultraconservadorismo e o uso da retórica do ódio e da guerra cultural para a desmoralização dos servidores e desacreditação das instituições científicas (ACCIOLY; NASCIMENTO; COSTA, 2022).

A agenda de desmonte das universidades públicas brasileira vem sendo acrescida de elementos de conteúdo moral que, para além de justificar a destruição do seu caráter público e o escoamento de recursos para o setor financeiro e as corporações privadas do ensino superior, incitam a vigilância sobre o conteúdo das pesquisas e atividades acadêmicas, perseguições a pesquisadores e estudantes e o cerceamento da autonomia didático-científica e administrativa previstas na Constituição

Federal de 1988 (CF/88). Os docentes das universidades públicas se tornaram alvo de ataques por supostamente comporem uma classe de privilegiados que colocariam em colapso o orçamento público, ao mesmo tempo em que praticariam doutrinação de estudantes por meio de uma suposta 'ideologia de gênero', 'marxismo cultural', 'gramscismo', 'ditadura gayzista' e outras invenções (ACCIOLY; NASCIMENTO; COSTA, 2022).

A afirmação de que o colapso do orçamento público decorreria dos gastos com pagamento dos servidores é uma falácia, pois:

O percentual de trabalhadores que atua no setor público como percentual da população está abaixo da média existente na OCDE: 9,6%, Brasil: 5,6%. [...] Os gastos com pessoal ativo e aposentado da União, embora apresentados como explosivos, vem caindo nas duas últimas décadas, passando de 4,9% do PIB em 2002 para 4,1% do PIB em 2016 (LEHER, 2021a, p. 18).

Globalmente, a agenda neoliberal ganhou materialidade para além de suas proposições iniciais de privatização, liberalização econômica e corte de gastos com políticas sociais, assumindo novas semânticas na medida em que encontrou resistências. No Brasil, é possível dizer que os mecanismos da dívida pública e a punção do fundo público pelas instituições financeiras alçou o país à barbárie ultraneoliberal (BEHRING, 2021).

Entre os principais componentes da barbárie estão as contrarreformas levadas a cabo após o golpe jurídico-parlamentar de 2016: a Emenda Constitucional n.º 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, que institui um regime fiscal que altera diretamente os gastos públicos em educação e saúde, estrangulando-os durante um ciclo de 20 anos; a contrarreforma trabalhista de 2017 (Lei n.º 13.467/2017) e a contrarreforma da Previdência Social (EC 103/2019). A Emenda Constitucional n.º 95 (EC 95) é um marco que implementa um novo regime fiscal ultraneoliberal (BEHRING, 2021), que desconstrói as políticas sociais conquistadas pelas forças progressistas na Constituição Federal de 1988 (LEHER, 2021a) na medida em que quebra a vinculação orçamentária para a educação, gerando, no âmbito federal, um congelamento dos gastos. Portanto, provoca um permanente estrangulamento orçamentário nas universidades federais. Por sua vez, a contrarreforma da Previdência Social (EC 103/2019) altera o sistema de previdência social, reduzindo drasticamente a possibilidade de aposentadoria. É, pois, um ajuste fiscal draconiano que tem relação com a EC 95 e o objetivo de canalizar recursos para o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública (BEHRING, 2021). Está em curso uma ideologia da austeridade (LEHER; COSTA, 2023) que coloca os tecnocratas no centro das decisões das políticas educacionais, e que empurra os sindicatos de professores, os estudantes e as organizações da classe trabalhadora para fora dos espaços de decisão sobre o efetivo uso dos recursos públicos.

Este processo de cortes orçamentários, congelamento salarial e precarização do trabalho nas universidades públicas vai de encontro à lógica da “refuncionalização da universidade pública” (LEHER, 2021b), que recai na retirada da universalidade que estas instituições possuem no processo de construção do conhecimento. A atuação das frações da burguesia que operam os cortes orçamentários são as mesmas que impõem uma educação de viés utilitarista para adequar a formação dos trabalhadores às necessidades da reprodução do capital (ACCIOLY; NASCIMENTO; COSTA, 2022). Essa orientação impacta no pensamento crítico e mina a unidade entre teoria e prática, que é fundante para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido na CF/88 (LEHER, 2021b). Tal situação tem levado ao adoecimento psíquico de docentes, fenômeno que vem ganhando atenção de pesquisadores (REBOLO; URT, 2022).

A investigação conduzida por Silva (2015) junto a professores de uma universidade federal identificou que uma dimensão do sofrimento docente está relacionada aos impedimentos à concretização de suas expectativas e ideais éticos e políticos:

Percebemos que uma parcela de docentes tem como sentido fundamental do trabalho e de seu desejo de ser professor a possibilidade de contribuir para processos de transformação social, aspecto este dificultado na universidade que se expande sob os auspícios da sociabilidade produtiva e da razão instrumental. (...) A opção pelo trabalho na universidade por parte de muitos docentes entrevistados em nossa pesquisa se relaciona a um posicionamento político e ao ideal de materialização da universidade como instituição crítica de seu tempo histórico e de si mesma, e, portanto, voltada à radical transformação das desigualdades existentes no campo social. É justamente nos impedimentos a esse posicionamento e ideal que floresce o sofrimento ético e político (SILVA, 2015, p. 62-63)

Por estarem sob permanente estrangulamento orçamentário, as condições de trabalho na universidade pública se caracterizam pela precarização e intensificação, por modelos de gestão baseados em metas e controle de resultados. Esses elementos interferem na autonomia do professor e induzem a competição no ambiente acadêmico, produzindo efeitos nas relações interpessoais como conflitos, assédio, individualismo, isolamento, insegurança e adoecimento físico e psíquico (REBOLO; URT, 2022). Submetida à lógica da coisificação, a universidade pública se desvia da função social transformadora e humanizante.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme apontado ao longo do texto, a conjugação das frentes ultraneoliberal e ultraconservadora corrobora para a negação do direito à educação, na medida em que implementa uma agenda de redução orçamentária para as políticas sociais, especialmente a educação, e que

promovem perseguições a docentes, atacando o princípio constitucional da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (artigo 206 da CF/88).

Ao se pensar no direito à educação, comumente se desconsidera o acesso ao ensino superior como sendo parte desse direito. Essa foi uma disputa acirrada durante a elaboração da CF/88, momento em que empresários da educação privada lograram reduzir o direito à educação de forma a não abarcar o ensino superior. Isso se expressa no artigo 208 da CF/88 que estabelece o dever do Estado com a educação e afirma que este será efetivado mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, *segundo a capacidade de cada um*” (CF/88, art. 208, V, grifos nossos). Portanto, foi afastada a perspectiva de universalização do acesso ao ensino superior.

Contudo, a classe trabalhadora seguiu empreendendo a luta por democratização do acesso ao ensino superior, demanda que foi respondida com políticas públicas que escoaram recursos públicos para IES privadas, que passaram a concentrar as matrículas no ensino superior. A difusão dos cursos de graduação à distância e o massivo uso de plataformas educacionais além de desencadear demissões em massa de docentes, retirar a autonomia pedagógica, destituindo os docentes de sua função enquanto intelectuais, empobreceram o conteúdo e rebaixaram a qualidade da formação da classe trabalhadora, que vê nessa modalidade de ensino a única possibilidade de adquirir um diploma de ensino superior. Portanto, o capital logrou ressignificar a educação como sendo uma prática meramente instrumental, o que radicalmente diferente do ensino e aprendizagem para a conscientização política e emancipação da classe trabalhadora.

A precarização do trabalho docente tem se acentuado progressivamente tanto nas IES privadas quanto nas públicas. Contudo, nas universidades privadas a possibilidade de lutar por melhores condições de trabalho é inviabilizada devido à fragilidade dos contratos de trabalho, oportunizada a partir da reforma trabalhista. Os docentes das universidades públicas, apesar de todo o processo de precarização descrito ao longo do texto, ainda têm o seu direito à sindicalização assegurado. Contudo, a própria instituição sindicato — uma conquista dos trabalhadores no século XX — também sofre os ataques associados do ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo. O rebaixamento dos salários reduz os valores da contribuição sindical — levando sindicatos à crise financeira — ao mesmo tempo em que é colocada em marcha uma campanha massiva de descredibilização dos sindicatos. São inúmeros os desafios e as contradições do movimento sindical na atualidade, análise que foge ao escopo deste artigo. Contudo, é preciso reconhecer que as universidades públicas ainda são espaços de resistência em que pulsam as lutas por democratização da educação e da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABMES. **Reforma Trabalhista**: Quais serão os reflexos para as IES? Notícias, 15 de novembro de 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/2565> Acesso em: 25 fev. 2024.

ACCIOLY, Inny; NASCIMENTO, Luciane; COSTA, Kleyton. O “estranho casamento” entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo e os ataques à universidade pública. **Revista Trabalho Necessário**, v.20, n.42, p. 1-33, 2022.

ANDIFES. **Nota da ANDIFES sobre o orçamento das universidades federais de 2024**. Brasília, 22 de dezembro de 2023. Disponível em: [https://ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/2023/23-12-Nota-publica-da-Andifes-sobre-o-orcamento-das-universidades-federais-para-2024.pdf](https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/2023/23-12-Nota-publica-da-Andifes-sobre-o-orcamento-das-universidades-federais-para-2024.pdf). Acesso em: dez. 2023.

BEHRING, Eliane. **Fundo público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 13.467**, DE 13 DE JULHO DE 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm) Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2022**: notas estatísticas. Brasília, 2023.

CIAVATTA, Maria. Trabalho Como Princípio Educativo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

DIEESE. Análise da evolução salarial dos docentes do Magistério Federal: Magistério Superior (MS) e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). ERDF, 2023. Disponível em: <https://adunb.associazioni.com.br/comum/uploads/adunb/arquivos/NT%20DIEESE%20Andes%20nov23%20perdas%20salarias%20-%20RETIFICADA%20%281%29.pdf> . Acesso em: dez. 2023.

GALZERANO, Luciana Sardenha. A educação vai ao mercado financeiro: somos educação em debate. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021041, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660130>. Acesso em: 25 mar. 2024.

GOMES, Luís. Universidades federais não têm recursos para arcar com despesas básicas no RS. **Brasil de Fato**, 13 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/13/universidades-federais-nao-tem-recursos-para-ar>. Acesso em: 24 fev. 2024.

LEHER, Roberto. Estado, Reforma Administrativa e Mercantilização da Educação e das Políticas Sociais. **Revista Germinal**, v.13, n.1, p.9-29, abr. 2021a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851/24600> Acesso em: 24 fev. 2024.

LEHER, Roberto. Universidade Pública Federal Brasileira: Future-Se e “Guerra Cultural” Como Expressões da Autocracia Burguesa. **Educação e Sociedade**, v. 42, 2021b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TSQSX7dwJVVGyYW8bVFmWYm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 fev. 2024.

LEHER, Roberto. The "New Normal" in Education is Ultra-Neoliberal: In Defense of the Strategy that Breaks with the Time Continuum. *In*: ACCIOLY, Inny; MACEDO, Donaldo. **Education, Equality and Justice in the New Normal: Global Responses to the Pandemic**. London/ New York: Bloomsbury Academic, 2022.

LEHER, Roberto; COSTA, Hellen Balbinotti. Commodification and Financialization of Education in Brazil: Trends and Particularities of Dependent Capitalism. *In*: HALL, Richard; ACCIOLY, Inny; SZADKOWSKI, Krystian (orgs.) **The Palgrave International Handbook of Marxism and Education**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2023.

LUCKÁS, George. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Marx, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, livro I: O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: ICP, 2015.

POTTER, Hyury. Coronavírus: Startup educacional de Luciano Huck dispensa professores sem qualquer ajuda financeira. **The Intercept Brasil**, 01 de abril de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/01/coronavirus-startup-huck-dispensa-professores/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

REBOLO, Flavinês.; URT, Sônia da Cunha. Saúde e adoecimento de professores universitários: uma revisão integrativa de teses e dissertações produzidas no Brasil. **Revista do Centro de Educação da UFSM**, v. 47 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/53279/48536> Acesso em: 25 mar. 2024.

Reforma Trabalhista não gerou empregos. **Extraclasse**, 18 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/economia/2022/05/reforma-trabalhista-nao-gerou-empregos/#:~:text=Pesquisadores%20do%20Centro%20de%20Pesquisa,n%C3%A3o%20gerou%20empregos%2C%20conforme%20prometido.> Acesso em: 25 fev. 2024.

SCHOLARS AT RISK. **Free to Think 2021: Report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project**, 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação no Brasil: Democratização ou massificação mercantil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

**FACETAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: ofensivas ultraneoliberais e ultraconservadoras no Brasil**

SILVA, Eduardo Pinto. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v.17, n.1, p. 61-71. São Paulo, 2015. <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v17n1p61-71>.

SILVA, Simone; TAVARES, Pedro. Capital control over higher education. *In*; LEHER, Roberto; ACCIOLY, Inny (orgs.). **Commodifying Education: Theoretical and Methodological Aspects of Financialization of Education Policies in Brazil**. Rotterdam: Sense Publishers, 2016.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

UBER demite 1% da frota sem aviso prévio e 15 mil motoristas ficam sem emprego. **Brasil 247**, 24 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/uber-demite-1-da-frota-sem-aviso-previo-e-15-mil-motoristas-ficam-sem-emprego>. Acesso em: 20 jun.2023.

VITORINO, Tamires. Com horários de trabalhos excessivos, funcionários da Amazon urinam em garrafas. **CNN Brasil**, 03 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-horarios-de-trabalho-excessivos-funcionarios-da-amazon-urinam-em-garrafas/>. Acesso em: 20 jun. 2023.